

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO SETOR DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MAJOR VIEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório nº 017/2021

Pregão Presencial nº 011/2021 – Sistema de Registro de Preços

Tipo Menor Preço por Item

Objeto: Registro de preços para eventual e futura contratação de empresa especializada em serviços de perfuração, desmonte e britagem de rochas, destinado ao revestimento de estradas vicinais do município de Major Vieira

ADENILSON FRANÇA DETONAÇÃO – ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 13.628.216/0001-48, com endereço na Estrada Geral Butiá Santa Rita, s/nº, Bairro Santa Rita, na cidade de Mafra, estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu representante legal, EDERSON ALMIRO PORTELLA, brasileiro, maior, empresário, portador da Carteira de Identidade/RG nº 2.770.367 SSP/SC, inscrito no CPF sob nº 850.896.059-04, residente e domiciliado na cidade de Mafra, estado de Santa Catarina vem, tempestivamente e mui respeitosamente à presença desta Comissão de Licitação, apresentar:

RECURSO ADMINISTRATIVO

contra a equivocada decisão proferida por essa respeitável Comissão Especial de Licitação que a julgou como inabilitada no presente certame, tudo conforme adiante segue, rogando, desde já, seja a presente dirigida à autoridade que lhe for imediatamente superior, caso Vossa Senhoria não se convença das razões abaixo formuladas e, *spont propria*, não proceda com a reforma da decisão ora atacada, decidindo, por consequência, pela habilitação da signatária.

I – DA TEMPESTIVIDADE



É o presente Recurso Administrativo plenamente tempestivo, vez que a intimação da Decisão ora atacada se deu quando do ato de abertura das propostas, ocorrido em 07 de maio de 2021. Considerando os ditames legais que fixam em 5 (cinco) dias úteis o prazo para apresentação da presente medida recursal, são as razões ora formuladas plenamente tempestivas, uma vez que o termo final do prazo recursal na esfera administrativa apenas se dará em 14 de maio próximo, razão pela qual deve essa respeitável Comissão Especial de Licitação conhecer e julgar a presente medida.

II – DOS FATOS

Trata-se de procedimento licitatório instaurado pelo prefeito municipal da cidade de Major Vieira/SC, por meio da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Major Vieira, na modalidade de **Pregão Presencial**, tipo **Menor Preço por Item**, cujo objetivo é o **Registro de Preços** para eventual e futura contratação de empresa especializada em serviços de perfuração, desmonte e britagem de rochas, destinado ao revestimento de estradas vicinais do município, consoante as condições e especificações estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I) e nas demais disposições fixadas no Edital de Pregão Presencial.

Em razão do interesse na participação da licitação, após a simples leitura do Edital de Pregão Presencial a empresa requerente (e outras duas!!!) verificaram equívocos e critérios excessivamente restritivos à ampla participação de interessados no processo licitatório razão pela qual apresentaram impugnações ao Edital, o que infelizmente não foi acolhido administrativamente. Com vistas a sanar estas ilegalidades que podem desencadear a futura nulidade do certame a empresa requerida ingressou com Mandado de Segurança junto ao Poder Judiciário local, registrada sob nº 5003168-02.2021.8.24.0015.

Muito embora tenha realizado pedido liminar, a ação judicial foi apreciada pela MM. Juíza de Direito somente após a abertura do certame licitatório. Mesmo assim, ainda está pendente de decisão final, que poderá acolher na integra o pedido inicial lá contido, com vistas a anular o certame ou mesmo adequá-lo à

legislação em virtude das ilegalidades apresentadas, especialmente a exigência de apresentação de documentos extremamente exagerados, excessivamente restritivos e desnecessários à prestação dos serviços que se pretende contratar.

Por este motivo, mesmo sem a apreciação do Poder Judiciário o requerente fez questão de participar do certame, apresentando as melhores propostas para a Administração em todos os itens licitados.

Mesmo assim, o requerente foi INABILITADO, segundo se depreende da ata de abertura da licitação:

Sobre a documentação dos licitantes. Após a fase de lances, iniciou-se a abertura do envelope de habilitação da licitante ADENILSON FRANÇA DETONAÇÃO, que ficou como vencedora na fase de lances. Observou-se que a licitante vencedora não apresentou alguns documentos de acordo com o previsto no item 6.1.4 do edital, sendo eles: b) não apresentou registro no CREA em nome da empresa e nem do responsável técnico (engenheiro de minas); c) apresentou o acervo técnico expedido pelo CRT em nome do responsável Técnico em Mineração, e não expedido pelo CREA; g) não apresentou comprovante de inspeção veicular emitido pelo INMETRO (CIV). Ficando a mesma INABILITADA. A licitante ADENILSON FRANÇA DETONAÇÃO apresentou interesse em apresentar recurso sobre sua inabilitação. A licitante EXTRABRIT MINERAÇÃO LTDA manifestou a intenção de recurso acerca da proposta concorrente. Dando seguimento foi realizada a abertura do envelope de habilitação da empresa EXTRABRIT MINERAÇÃO LTDA, segunda colocada na fase de lances, a qual apresentou toda a documentação de acordo com o edital. Não havendo mais nada a declarar, a Pregoeira deu por encerrada a sessão que após os prazos previstos para apresentação de recursos será realizada nova ata sobre julgamento dos referidos.

Daí já se verifica duas impropriedades. A primeira, a inabilitação do requerente. O segundo, a abertura do envelope contendo os documentos da segunda colocada.

Tudo isso sem se esquecer que costumeiramente os editais anteriores lançados pelo município de Major Vieira (e todas as demais cidades da região) para a contratação de “empresa especializada em serviços de perfuração, desmonte e britagem de rochas” exigiam na parte relativa à qualificação técnica tão somente:

- a) 01 (um) **Atestado de capacidade técnica**, firmado por pessoas jurídicas de Direito Público ou Privado este podendo ser autenticado em cartório, comprovando que a licitante já prestou serviços semelhantes ao objeto, com indicação da qualidade, quantidade, cumprimento de prazos e demais condições contratuais;
- b) **Alvará de Funcionamento**, emitida pela cidade sede da empresa;

O modelo supra transcrito foi retirado do processo licitatório 024/2019 (edital 019/20219), lançado pelo município de Major Vieira para a contratação exatamente do mesmo serviço ora licitado, que culminou com a edição da Ata de registro de Preço nº 70/2019, cujo licitante vencedor foi o ora impetrante (cópia inclusa) e era o último registro válido. Cabe lembrar que o referido contrato foi integralmente cumprido, sem qualquer objeção por parte do município contratante. Também necessário o registro que todos os demais contratos anteriores foram realizados com base em editais de licitação semelhantes, sem qualquer problema ou registros negativos.

Seguindo estes parâmetros, toda a documentação apresentada pela empresa requerente esta em conformidade com a legislação hodierna.

Inobstante a idoneidade e a sinceridade de propósito dos responsáveis pelo Certame Licitatório, imperioso reconhecer a efetiva HABILITAÇÃO do requerente, inclusive quanto à documentação já apresentada como também em relação aos documentos que ora junta.



Os princípios básicos da Administração estão previstos no *caput* do artigo 37 da Constituição Federal (“A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade”) e a inobservância de qualquer um deles importará em atuação ilegal do Administrador Público.

Nesta mesma esteira o artigo 3º da Lei nº 8.666/93 enumera os princípios incidentes no processo licitatório: legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, além de outros que lhe são correlatos. Além destes princípios a doutrina, sem unanimidade, enumera ainda a competitividade, a padronização e a ampla defesa.

Certamente a proposta apresentada pela empresa requerente é a mais vantajosa para a Administração Pública, visto que ofereceu o menor preço para a prestação dos serviços a serem futuramente contratados.

Ainda com vistas a inibir qualquer inabilitação, apresente neste momento demais documentação para análise e, tão logo obtenha, apresentará os demais eventualmente faltantes.

III – DO DIREITO

No que se refere aos ensinamentos doutrinários decorrentes das disposições contidas na vigente Lei 8.666/93, ao tratar da questão inerente à discricionariedade detida pela Administração Pública quando da adoção dos regramentos regedores do processo concorrencial, trazemos à análise dessa respeitável Comissão Especial de Licitação a inatacável lição abaixo transcrita: “É na determinação do conteúdo jurídico da isonomia, no dia-a-dia das licitações e contratações públicas, que surgirão as questões que o artigo 3º ajudará a resolver”.

Ilustre-se com a aplicação do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, também explicitado no artigo 3º. Suponha-se que edital de licitação venha a estabelecer requisito que se revele discriminatório, de molde a impossibilitar a participação no certame da empresa que o desatenda, inobstante tal requisito não se mostrar essencial, seja para habilitar-se o licitante ou para a testar a exequibilidade de sua proposta. Em outras palavras, entre o requisito do edital e as finalidades da licitação a que se refere não se vê nexo causal. Resulta claro que a presença do discriminação no ato convocatório almeja afastar da competição certa, ou certas, empresa, beneficiando outra, ou outras. Nessas circunstâncias, o edital há de ser desconsiderado quanto àquele requisito, porque o princípio da vinculação ao instrumento convocatório não derroga o da isonomia, devendo, antes, a ele subordinar-se.” “A igualdade de todos perante a lei ocupava, nos textos constitucionais brasileiros anteriores, posição de permeio aos demais direitos individuais. A Carta de 1988 alterou-lhe a topografia, inserindo-a na cabeça do artigo em que arrola os direitos fundamentais. A mudança, como faz ver Celso Ribeiro Bastos: “é prenhe de significação... Na verdade, a sua função é a de um verdadeiro princípio a informar e a condicionar todo o restante do direito... A igualdade não assegura nenhuma situação jurídica específica, mas garante o indivíduo contra toda má utilização que possa ser feita da ordem jurídica. A igualdade é, portanto, o mais vasto dos princípios constitucionais, não se vendo recanto onde ela não seja impositiva”. Posta nestes devidos termos, a isonomia prescindiria de menção expressa para impor-se às licitações e contratações públicas. Mas andou bem o legislador ao incluí-la em disposição enunciativa dos princípios básicos da licitação, como que a advertir administradores e licitantes de que aqueles princípios há de ser aplicados em harmonia com o da igualdade. Prossegue o art. 3º da Lei nº 8.666/93 definindo a finalidade de toda licitação. A definição é de caráter geral porque concerne a elemento estrutural do ato administrativo, qual seja a finalidade. A síntese de MARIA SYLVIA ZANELLA DI PIETRO é precisa e suficiente: “Finalidade é o resultado que a Administração quer alcançar com a prática do ato. Em sentido amplo, a finalidade sempre corresponde à consecução de um resultado de interesse público; nesse sentido, se diz que o ato administrativo tem que ter sempre finalidade pública. Em sentido restrito, finalidade é o resultado específico que cada ato deve produzir, conforme definido em lei; nesse sentido se diz que a finalidade do ato administrativo é sempre a que decorre explícita

ou implicitamente da lei. É o legislador que define a finalidade que o ato deve alcançar, não havendo liberdade de opção para a autoridade administrativa... Seja infringida a finalidade legal do ato (em sentido estrito), seja desatendido o seu fim de interesse público (sentido amplo), o ato será ilegal, por desvio de poder”.

Os ensinamentos acima expostos são por demais suficientes para, aliados à disposição contida no Parágrafo 3º do artigo 31 da vigente Lei 8.666/93, possibilitar a conclusão de que fora intenção do legislador permitir aos licitantes, à data da apresentação da proposta comercial, comprovar deter a condição exigida pelo órgão responsável pela promoção do processo concorrencial. Destarte, torna-se descabida a interpretação subjetiva da norma edilícia que lastreou a Decisão Administrativa ora atacada, uma vez que o artigo 3º da vigente Lei de Licitações é por demais claro e expresso no sentido de impor ao gestor público uma interpretação exclusivamente objetiva das normas que regem um processo licitatório. Vale ainda frisar que o fim maior do procedimento concorrencial é a ampliação da disputa, jamais a redução do número de licitantes. Importa ressaltar que o acatamento das razões contidas no presente Recurso Administrativo não imporá qualquer espécie de prejuízo ou risco à segurança jurídica acaso venha a contratar com a recorrente, uma vez que através dos documentos acostados ao vertente processo concorrencial, encontra-se fartamente demonstrada a condição de execução dos serviços contratados.

Vale frisar que a empresa recorrente se inscreveu para participar do processo licitatório sempre consciente, de modo claro e inequívoco, de sua qualificação jurídica, técnica, econômico-financeira, bem como, de sua regularidade fiscal e, como de praxe, vale repetir, com a certeza de que atendeu a todos os requisitos exigidos no Edital. Serve o presente recurso como uma tentativa administrativa de se modificar a decisão proferida por essa respeitável Comissão Especial de Licitação e que a declarou inabilitada.

IV – DOS REQUERIMENTOS

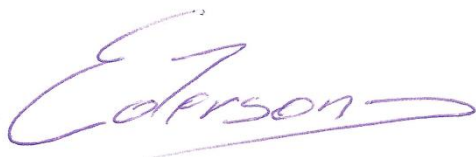
Diante de todo o exposto é que se REQUER a essa respeitável Comissão Especial de Licitação:



- a) o recebimento, o registro e a autuação do presente, na forma legal, bem como o recebimento da documentação que a acompanha;
- b) que se digne de rever e reformar a decisão exarada, mais precisamente que julgou como inabilitada no presente certame a empresa ADENILSON FRANÇA DETONAÇÃO – ME, visto que a HABILITAÇÃO da mesma é imprescindível para a validade do presente procedimento público concorrencial, vez que, conforme fartamente demonstrado, cumpriu dita licitante absolutamente todas as exigências reguladas no referido instrumento convocatório;
- c) não sendo acatado o pedido acima formulado, REQUER que se digne Vossa Senhoria de fazer remessa do presente recurso à autoridade que lhe for imediatamente superior, a fim de que a mesma o aprecie, como de direito. PEDE sejam intimadas as demais licitantes para, querendo, impugnarem o presente recurso administrativo;
- d) requer por fim provar todo o alegado através dos meios em direito admitidos, especialmente a documental.

Termos em que,
Pede e espera deferimento.

Major Vieira, 12 de maio de 2021.



.....
ADENILSON FRANÇA DETONAÇÃO – ME
Procurador: Ederson Almiro Portella

13 628 216/0001-48
ADENILSON FRANÇA DETONAÇÃO - ME
Rua 3VL Butia Santa Rita s/n
Santa Rita - CEP 89300-000
Mafra - SC